



The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

No endorsement of AgEcon Search or its fundraising activities by the author(s) of the following work or their employer(s) is intended or implied.



COOPERATIVISMO E COOPERATIVISMO: REFLEXÕES SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA.

ELCIO GUSTAVO BENINI; LEONARDO FRANCISCO FIGUEIREDO NETO; EDI AUGUSTO BENINI;
RICARDO PEREIRA DE MELO;

UNICAMP

CAMPINAS - SP - BRASIL

elciobenini@yahoo.com.br

APRESENTAÇÃO ORAL

Instituições e Desenvolvimento Social no Agronegócio

Cooperativismo e cooperativismo: reflexões sobre a economia solidária.

Grupo de Pesquisa: Instituições e Desenvolvimento Social no Agronegócio.

Resumo

O objetivo deste artigo é propor uma reflexão sobre a Economia Solidária e o atual contexto no qual está inserida como alternativa da classe operária e/ou como política pública, sua relação com as diferentes formas de cooperativas e, não obstante, uma breve e indireta abordagem teórica sobre o tema autogestão. Grosso modo, parte-se de uma preocupação que suscita pelo caráter funcional que a Economia Solidária vêm assumindo, principalmente como política pública na geração de “trabalho” e renda e, pela banalização da própria palavra autogestão. Neste trabalho, foram articulados e discutidos pesquisas e artigos científicos sobre Economia Solidária, cooperativismo, autogestão e políticas públicas, além de pesquisas realizadas pelos autores em outros momentos, conjuntamente com a análise de alguns estudos de casos apresentados em revistas científicas, tendo por objetivo clarear a reflexão e a linha argumentativa. Contudo, tem-se que a Economia Solidária, que se baseia nos princípios cooperativistas, e que assume a personalidade jurídica de cooperativa, concorre com diferentes projetos de cooperativas, sendo esses projetos apresentados com interesses antagônicos aos dos trabalhadores. Desta forma, por serem amparadas pela mesma Lei, essas diferentes cooperativas, dificultam o atendimento para as diferentes demandas sócio-políticas na formulação de políticas públicas, ficando assim a bandeira de cunho socialista – que vem sendo advogada nos encontros e em muitos textos sobre Economia Solidária – fragmentada no meio de projetos e organizações com dimensões e funcionalidades distintas.



Palavras-chaves: Economia Solidária. Cooperação. Burocracia.

Abstract

The objective of this article is propose a reflection about the Solidary Economy and the current context in which it is inserted as alternative of the operative class and/or like public politics, its relationship with the different forms of cooperatives and, in spite of, a short and insinuation theoretical approach on the theme self-management. On the thick way, we began with a concern that raises for the functional character that the Solidary Economy is assuming, mainly as public politics in the "work" generation and income and, for the vulgarization of the own word self-management. In this work, it was articulated and discussed researches and scientific goods about Solidary Economy, cooperative, self-management and public politics, besides researches accomplished by the authors in other moments, jointly with the analysis of some studies of cases presented in magazines inform, tends for objective to clear our reflection and argumentative line. However, the Solidary Economy, that bases on the cooperatives bases, and that assumes the juridical personality of cooperative, competes with different projects of cooperatives, being those projects presented with antagonistic interests to the workers. This way, for they be aided by the same Law, those different cooperatives, hinder the service for the different partner-politics demands in the formulation of public politics, staying thereby the flag of socialist stamp - that is being advocated in the encounters and in many texts about Solidary Economy - fragmented in the middle of projects and organizations with different dimensions and functionalities.

Key Words: Solidary economy. Cooperation. Bureaucracy.

1. Introdução

A Economia Solidária vem sendo defendida em muitos trabalhos como alternativa à situação vultosa da precariedade nas relações de trabalho. Para Paul Singer (2002, 2003), um dos advogados do aludido projeto, a Economia Popular Solidária, como também é conhecida, pode ser considerada um modo de produção dentro do próprio sistema capitalista. Sua principal argumentação é que esse modo de produção, mesmo ocupando as “brechas” do sistema, poderia caminhar rumo a uma nova organização social, de cunho socialista, por meio de sua multiplicação.

Partindo dos princípios – a Economia Solidária – que suscitaram junto com a primeira cooperativa¹ e, entre eles, destacando principalmente o da gestão democrática, parte da dimensão de lutas dos trabalhadores, quais sejam, em processos de recuperação de fábricas e/ou outras formas de manifestações reivindicatórias e de associativismo, acabaram sendo agrupados e misturados com outras formas de organização, de fomento e, de políticas públicas que buscam soluções mitigadoras para problemas estruturais² como o desemprego e a exclusão social. Desta forma, forças de resistência e/ou revolucionárias, movimentos da sociedade civil organizada, assistencialismo, mutualismo, cooperativismo e solidariedade acabaram sendo todos partes de um mesmo projeto de Economia Solidária.

¹ Ver sobre os aludidos princípios em trabalhos que relatam a primeira experiência ocorrida em Rochedale no ano de 1844.

² Ver Mészáros (2003) sobre o problema estrutural do desemprego.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Não obstante, a própria palavra “autogestão”³ é divulgada em diferentes tipos de cooperativas, pertencentes a classes sociais distintas e antagônicas, que cada vez mais estão estritamente preocupadas com a viabilidade econômica do empreendimento e com a reprodução do capital, e não com sua função social, de caráter emancipatório em sentido pleno, qual seja, que englobe as dimensões social, econômica e política.

Contudo, principalmente no que concerne à fomentação dessas organizações “autogeridas” pelas universidades, por meio das incubadoras tecnológicas, e por políticas públicas muitas vezes unilaterais⁴, caracterizando um movimento exógeno, surge a preocupação de que a Economia Solidária, uma vez instalada nos setores mais precários, poderia estar sendo reacionária, pois acaba sendo funcional aos interesses do capital, não mais sendo uma força de resistência e/ou revolucionária, o que significa a queda da bandeira socialista que esta por trás do projeto⁵.

Nesse sentido, tem-se como objetivo fazer uma reflexão teórica sobre duas correntes teóricas que abordam e discorrem sobre o cooperativismo, quais sejam, uma de cunho mais empresarial e outra mais social, assim como suas limitações, principalmente na dimensão social e, dando maior destaque para a segunda corrente, uma vez que vem sendo colocada como alternativa ao desemprego. Especificamente, tem-se como objetivo levantar algumas hipóteses para aquilo que seria nossa questão fundamental: Existem interesses antagônicos nas diferentes correntes de cooperativas? As hipóteses que se levanta aqui são:

1. Muitas Cooperativas, buscando eficiência e competitividade e, muitas vezes sobreviver dentro do sistema capitalista estão, cada vez mais utilizando estratégias empresariais: sendo heterogestionadas, utilizando força de trabalho assalariada e (não associada), grosso modo, com finalidade de reprodução do capital, sendo a legislação que as regula um entrave.
2. Outras, são (re)utilizadas como organizações dos próprios trabalhadores como forma de resistência ao desemprego e/ou poder patronal, sendo então uma força contra-hegemônica e antagônica aos interesses estritos de reprodução do capital. Estas estariam então dentro da dimensão da Economia Solidária e, também estariam sofrendo entraves, pois necessitam de políticas públicas específicas e uma diferenciação substancial e jurídica das cooperativas supracitadas na primeira hipótese.
3. Visto as duas primeiras hipóteses, levanta-se uma terceira que ambas – as diferentes formas de Cooperativas – coexistem e são extremamente concorrentes, principalmente no que diz respeito às políticas públicas, pois o ambiente institucional as tratam de forma indiferente.

3 Para Guillerme e Bourdet: “Vê-se assim que, no princípio, não há diferença entre cooperativa e autogestão; mas que, historicamente, aparece uma diferença de natureza: a extensão ou, antes, a generalização do sistema cooperativo não se pode fazer sem abolir o Estado, substituído por uma organização nacional de tipo radicalmente novo. (1976:30)”. “... para nós, a autogestão deve ser compreendida em sentido generalizado e que não se pode realizar senão por uma revolução radical, que transforme completamente a sociedade em todos os planos, dialeticamente ligados, da economia, da política e da vida social. (1976:41)”. Dessa forma, optamos por colocar entre aspas a palavra “autogestão”, pois estaremos apenas abordando a autogestão de cooperativas.

⁴ Utilizamos a palavra unilateral para ressaltar que muitos desses projetos são realizados apenas no gabinete, grosso modo, sem a participação dos beneficiados pelos programas.

⁵ Este argumento, de que existe uma bandeira socialista, teve grande destaque no III Encontro de Economia Solidária, Desenvolvimento Local, Trabalho e Autonomia, realizado na USP, no ano de 2005.



4. Que a Economia Solidária, não de forma genérica, em algumas dimensões estaria sendo funcional ao capital, desta forma, em algumas medidas, reacionária.

O método de abordagem utilizado para analisar o objeto de pesquisa proposto foi o dialético, colocando no cerne da discussão a categoria trabalho emancipado e sua antítese nas diferentes correntes de cooperativas. Como forma e método de procedimento, foram articulados e discutidos pesquisas e artigos científicos sobre Economia Solidária, cooperativismo, autogestão e políticas públicas, além de pesquisas realizadas pelos autores em outros momentos⁶, conjuntamente com a análise de alguns estudos de casos apresentados em revistas científicas, tendo por objetivo clarear a reflexão e a linha argumentativa.

Em suma, este trabalho primeiramente fará uma breve reflexão sobre os conceitos-chave e suas metamorfoses ou quase-metamorfose durante a história e, principalmente sobre o conceito de cooperação, sob a luz central do autor Motta (1981). Dando seqüência, apresentará duas correntes teóricas sobre o cooperativismo no atual contexto, sendo umas delas de cunho mais empresarial e a outra mais social, sob a luz principal dos autores Zylbersztajn (2002) e Singer (2002, 2003) respectivamente.

2. A “autogestão” e o cooperativismo: suas identidades e seu movimento de degeneração

O que é um cooperativismo de tipo burocrático? Em que medida tal realidade afasta o movimento cooperativista da sua proposta originária de “autogestão”?

Singer (2002) chama a atenção para a tendência histórica de degeneração, por parte das cooperativas, dos seus princípios autogestionários, transformando-se numa realidade de participação muito mais formal do que efetiva. Tal realidade é o que denomina-se aqui de cooperativismo de tipo burocrático. Neste tipo de organização, mesmo que estejam inscritos os mesmos princípios da origem do movimento cooperativista, sua realidade de gestão e repartição do poder e dos ganhos é apenas formal, não há envolvimento e participação ativa dos sócios-membros, além de uma crescente utilização de trabalho assalariado ou trabalho contratado, gerando uma realidade de poucos sócios e muitos subordinados (heterogestão burocrática).

Para melhor entender tal movimento de afastamento, deve-se, antes de qualquer coisa, refletir sobre o próprio termo “cooperação”. Dessa forma, Motta (1981) coloca que qualquer trabalho coletivo é feito essencialmente por um tipo de cooperação, assim ele nos esclarece:

“Na nossa sociedade atual o termo “cooperação” tem um valor positivo, geralmente incluindo a idéia de espontaneidade, caráter voluntário e tolerância. Não é este o sentido de “cooperação” aqui empregado. Para nós cooperação significa apenas que vários indivíduos trabalham juntos para um determinado objetivo, no mesmo processo de produção, ou processos diferentes mas conexos. Civilizações como a egípcia ou a chinesa tinham uma forma de cooperação própria. Essa forma de cooperação do modo de produção asiático é chamado cooperação simples, e ela pode ser encontrada ainda em modos de produção mais

⁶ BENINI, Elcio. Autogestão: Investigando o gerenciamento de uma cooperativa. Trabalho Monográfico (Trabalho de Conclusão de Curso). Maringá, Cesumar: 2004



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



recentes como o capitalismo, mas ao lado de formas de cooperação mais complexas.

(...)

A cooperação simples se refere a todas aquelas operações que não permitem por natureza a decomposição em partes, mas que, por outro lado, só podem ser realizadas por muitas mãos. É o caso do transporte de uma pedra para a construção de uma pirâmide.” (Motta, 1981:6-18)

Motta (1981) afirma ainda que além da cooperação simples, há outras formas de cooperação como a cooperação da manufatura e a da indústria, cada uma delas vai reservar ao trabalhador parcelas cada vez menores de trabalho, tornando-o mais pobre e repetitivo.

Como o trabalho coletivo, qualquer que seja, envolve diferentes trabalhadores e diferentes processos ou tarefas, é necessário haver algum tipo de coordenação. Entretanto a qualidade desta coordenação e sua relação com os demais trabalhadores pode ser instituída de diferentes formas, logo:

“Todas as formas de cooperação exigem uma função de coordenação. Essa função poderia ser desempenhada por alguém que o grupo elegeisse através de um sistema de rodízio. Isso, porém, não pode ocorrer em um modo de produção antagônico; e não ocorre, portanto, no capitalismo. Nesse sistema, a função de coordenação, que vamos chamar de diretiva, é imposta e visa à apropriação da mais valia. Existe no capitalismo uma relação autoritária entre os que detêm ou representam o capital e os que vendem o seu trabalho.” (Motta, 1981:18, grifos nossos).

Dessa forma, a “autogestão” é um tipo de cooperação cuja relação central é o não antagonismo entre os participantes de um dado processo produtivo, por isso ele é considerado, por diferentes autores que estudam tal tema, como algo diferente ou contrário do sistema capitalista de organização do trabalho. (Motta, 1981).

De acordo Singer (2002), o sistema heterogestionário tradicional, típico do sistema capitalista, tem com característica marcante a divisão do trabalho no máximo de pequenas tarefas possíveis; divisão entre os que coordenam / dirigem dos que executam / trabalham; e, conseqüentemente a fragmentação do conhecimento dos processos de produção e a fragmentação das relações de trabalho entre as pessoas (cada trabalhador relaciona-se mecanicamente com os demais colegas, dentro da estreita necessidade de execução das suas tarefas).

Uma proposta de trabalho “autogestionário” tem então como característica marcante a recuperação dos laços de solidariedade ainda dentro dos processos produtivos, por meio da transparência da gestão, divisão de poder e dos ganhos e enriquecimento de tarefas por meio de uma participação ativa dos sócio-trabalhadores.

Com o exposto acima, fica mais fácil perceber que mesmo o movimento cooperativismo pode sofrer inúmeras variações na sua forma concreta de gestão e repartição do poder interno. O problema é que muitas vezes tais variações tende a aproximar uma cooperativa mais de uma forma de trabalho burocrático, típico do capitalismo, do que ser uma alternativa de “autogestão” (que daria uma especificidade real ao cooperativismo em relação ao trabalho assalariado).

Rios (1989) coloca uma questão chave para entender de que maneira o cooperativismo se distancia da “autogestão”, ao indagar sobre a relação entre a diferenciação das classes sociais e a proposta niveladora do cooperativismo originário (de cunho autogestionário):

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

“Na realidade, longe de superá-la, a diferenciação classista se reproduz no cooperativismo, contradizendo a ideologia niveladora. A cada classe sua cooperativa. Existe, pois, um cooperativismo dos ricos e um cooperativismo dos pobres. Isto significa que, ao invés de as diferenças entre as classes diminuírem, ao contrário, se acentuam. Isto ocorre pela concentração de riqueza, do prestígio social e do poder político aumentada pelas cooperativas das classes dominantes”. (1989:10)

A tendência de degeneração das cooperativas para um tipo de cooperativismo mais burocrático significa, entre outras coisas, que ainda há muitos obstáculos e que possivelmente faltam instrumentos para fazer da sua proposta uma alternativa real e concreta de trabalho (de tipo não subordinado).

3. Tendências e estratégias: da função social para a função capitalista.

Conforme exposto no item acima, existe uma tendência de degeneração do projeto cooperativista. Sem embargo, não há uma diferenciação entre os diferentes projetos de cooperativas no ambiente institucional, sendo todas amparadas pela mesma Lei 5.764/71.

Nesse sentido, cita-se Dal Ri (1999,16) para elucidar uns dos pontos culminantes no processo de formação da superestrutura, seja qual, a cultural e, de solidificação da formação latifundiária no ambiente agrícola brasileiro:

“O governo militar (1964-1984), contrário às pretensões populares de reforma agrária, implementou uma política que visava à modernização do campo com base no desenvolvimento de empresas capitalistas agroindustriais voltadas para a exportação. Nessa conjuntura, as cooperativas agrárias constituíram-se em canais de repasse de um grande volume de recursos subsidiados, do setor público para o privado.(1999:16)

Dessa forma, as cooperativas agrícolas estão constituídas por “sócios de diferentes portes, que cooperam, sobretudo, tendo em vista a distribuição e comercialização” (Dal Ri, 1999:15). Não obstante, outra peculiaridade dessas cooperativas é o número de funcionários assalariados⁷ para realizar suas atividades, uma vez que os sócios cooperados possuem, conforme colocam Dal Ri (1999), Bialoskorski (2000), e Zylbersztajn (2002) um duplo papel: de proprietários⁸ de terras e de “gerentes” na organização cooperativa. Com isso, citamos Zylbersztajn (2002) para elucidar o problema:

Na raiz da organização cooperativa está o fato de que o trabalhador é também proprietário dos recursos produtivos. Isto o induz a estruturar a sua atividade produtiva como um capitalista e, ao mesmo tempo, participar de uma sociedade gerida pelos princípios da cooperação, qualificada como

⁷ Conforme Phoudhon (2003), ressaltamos que o movimento cooperativista surgiu justamente em resposta à condição de exploração suscitada pelo modo de produção capitalista que estava se firmando durante os séculos XVIII e XIX, que tinha como cerne o não antagonismo das classes, a separação da concepção da execução, do trabalhador dos meios de produção, enfim, de acumulação do capital por meio da exploração, da mais valia sugada do trabalhador. Nas palavras de Rios: “O cooperativismo europeu surge, pois, como uma reação proletária ao “liberalismo do capitalismo” (1989: 21)

⁸ Nesse sentido, são possuidores de empreendimentos próprios (sítios, fazendas, plantações, parcerias, arrendamentos, etc) que gerenciam individualmente e “gerentes” da cooperativa.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

cooperação benigna. Nos casos em que tem a gestão conduzida pelo próprio cooperado, a cooperativa perde algumas vantagens advindas da especialização. (2002: 03)

Outro importante ponto que deriva dessa dupla funcionalidade do cooperado, pode ainda ser percebida no texto de Zylbersztajn (2002), por meio de uma análise dialética da categoria de trabalho, seria uma omissão ou silêncio sobre a classe dos proletários, sendo que esta, por meio de sua força de trabalho, é a única que gera lucro no sistema capitalista, por meio da geração de mais valia. (Marx, 1990)

Com isso, ao citar que “o trabalhador é também proprietário dos recursos produtivos” (Zylbersztajn, 2002:03), indaga-se que tipo de trabalhador seria o colocado por Zylbersztajn: seria um trabalhador – proletário – da cooperativa? Seria ele um trabalhador cooperado? Ou seria um pequeno-burguês, em que atua como proprietário em duas dimensões distintas, a cooperativa, e sua propriedade de terra?

Ainda sobre o problema do controle e sobre a natureza das cooperativas agrícolas, tem-se aqui ainda uma reflexão que, além da separação entre propriedade e controle, proposta por Bialoskorski (2000) e Zylbersztajn (2002), já existe a separação entre o controle e a execução, sendo então claramente observado uma estrutura de classes antagônicas nesse ambiente organizacional, quais sejam: os proletários (grosso modo, operários assalariados), tecnocratas (trabalhadores gerenciais) e cooperados (essencialmente capitalistas, donos de uma aparente empresa socialista).

Contudo, o objetivo nesse trabalho não é de fazer uma crítica aos pesquisadores, mas apenas refletir sobre uma metamorfose no seio de uma organização – a cooperativa – que suscitou como resposta ao contexto de exploração pós-revolução-industrial e, que é ainda (re)utilizada pela categoria dos proletários como forma de resistência às condições de precariedade nas relações de trabalho e, como política pública que tem como principal objetivo a geração de trabalho e renda (no caso da Economia Solidária).

Desta forma, cita-se Pinho (1977), que com poucas palavras retoma e reforça a doutrina e os legados do movimento cooperativo: “Trata-se, pois, de uma sociedade de pessoas e não de capital, sem interesse lucrativo e com fins socioeconômicos” (1977:14).

Entretanto, conforme coloca Zylbersztajn (2002), a preocupação com lucro está cada vez no que concerne às propostas de mudanças nos arranjos dessas organizações:

*Ao mesmo tempo que os princípios cooperativistas representam o elo de ligação entre as organizações no mundo cooperativista, esses mesmos princípios **delimitam as estratégias** passíveis de serem adotadas pelas organizações cooperativas, criando um contraste com as organizações de outra natureza, em especial, as firmas que têm finalidade de lucro com as quais as cooperativas freqüentemente concorrem. (2002:1, grifos nossos)*

Contudo, refletindo ainda sobre os problemas ressaltados pelos autores acima, quais sejam, de dificuldade de capitalização da organização, de fidelização do cooperado, de controle da cooperativa (Zylbersztajn, 2002), levanta-se aqui uma questão que não será respondida nesse trabalho, a não ser como uma simples reflexão, que estará implicitamente na última parte deste texto, após dialogar com outros autores sobre uma diferente corrente de cooperativa, que tem um viés mais social. Desta forma, coloca-se: Por que tais comparativas, que estão sendo “travadas” pela legislação, ou para ser mais exato, pela Lei 5.764/71, simplesmente não se tornam uma sociedade de capital aberto?

4. Economia Solidária: da (re)utilização dos princípios do cooperativismo como estratégia da categoria trabalho e suas limitações.

A Economia Solidária vem sendo amplamente apresentada e discutida, tanto no meio acadêmico como no ambiente institucional, como uma possível alternativa ao desemprego e a precariedade do trabalho, dado o contexto de “crise estrutural do sistema capitalista”⁹ e seu “estado monopolístico”¹⁰. Sem embargo, é vista como um modo de produção alternativo que busca a emancipação plena da classe dos trabalhadores¹¹. (Singer, 2002)

No que concerne à principal força motriz do aludido projeto, está à forma como é organizado e distribuído o trabalho, qual seja, de forma “autogestionária” e, como se dá a relação de propriedade dos meios de produção. Dessa forma, coloca-se a seguinte citação para elucidar a questão:

Segundo Singer *apud* Sato e Esteves (2002:6):

“Diz-se autogestionária a empresa cujos sócios são os trabalhadores e cujos trabalhadores são os sócios, sem presença de outros vínculos de trabalho ou de investimento, logo, a autogestão é uma forma específica de democracia industrial, distinta de sistemas de participação, seja acionaria, seja nos lucros da empresa”.

Desta forma, fica evidente que o principal eixo do presente discurso, é a conjugação e a combinação dos aspectos políticos – construídos por meio de decisões democráticas, dos aspectos econômicos – viabilidade caracterizada em certa medida por não objetivar estritamente o lucro e, não menos importante, dos aspectos sociais – onde relação de solidariedade, mutualismo e cooperação (re) suscitam como valores balizadores do projeto.

Sem embargo, a partir desse não antagonismo entre concepção e execução, esse tipo de organização, *a priori*, seria a própria antítese das organizações burocráticas heterogestionadas. Contudo, advoga-se aqui que uma síntese é extremamente necessária no atual estágio de evolução tecnológica e da produção, o que não seria simplesmente a negação da primeira corrente exposta no capítulo 2 (dois) e a aceitação da segunda corrente exposta no presente capítulo como verdade absoluta¹².

Trata-se então, de uma luta também no campo da superestrutura, qual seja, ideológica e cultural. Tal luta seria então composta por uma força hegemônica da classe dominante, que para ser enfrentada, deve ser feita nesse mesmo campo, o da superestrutura, por meio de uma força contra-hegemonica, constituída assim pela própria consciência da classe operaria. (Gramsci, 2005)

Com isso, o cooperativismo advogado pelos defensores do aludido projeto de Economia Solidária, que resgata¹³ a ideologia suscitada pós-revolução-industrial do século

⁹ Ver Mészáros, 2003

¹⁰ Ver Braverman, 1987

¹¹ Nesse sentido, achamos importante salientar que embora a burguesia empresarial e gerencial também trabalhe, a proposta de economia solidária é de romper com esse antagonismo que existe entre essas aludidas classes e as dos proletários.

¹² Sobre a referida síntese, ver sobre a função de coordenação no capítulo 1(um), sob a luz de Motta.

¹³ Ressaltamos, que embora utilizamos a palavra “resgata”, o cooperativismo de viés mais social sempre esteve nas agendas e arenas de lutas e que, com isso, a própria economia solidária já vem sendo processada desde o



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



XIX como resposta à condição de exploração da classe trabalhadora – dos proletários – propõe em essência uma emancipação plena, a saber, social, política e econômica.

Outro aspecto importante do processo de Economia Solidária é o caráter constituinte de revolução social que o presente projeto articula. Desta forma, a revolução estaria sendo processada de baixo para cima, sendo que uma revolução política – tomada do poder – não seria necessária¹⁴ e não é advogada.

Dessa forma, a Economia Solidária pode ser vista como uma articulação da própria sociedade civil reagindo e se organizando contra a atual situação de precariedade de trabalho, buscando assim alguma forma de inclusão social.

Não obstante, encontra-se no âmbito Federal uma Secretaria¹⁵ (SENAES – Secretária Nacional de Economia Solidária), pertencente ao Ministério do Trabalho e Emprego, que vem impulsionando e fomentando o aludido projeto. Encontramos a seguinte citação em um de seus textos para discussão:

A alternativa socialista que tem por base a economia solidária e a autogestão apresenta três instâncias fundamentais:

- 1. A socialização dos meios de produção, implicando a abolição da propriedade privada dos recursos produtivos e sua substituição pela propriedade social, ou seja, a AUTOGESTÃO SOCIAL;*
- 2. A socialização do poder político, a participação dos cidadãos livres e iguais na formação coletiva de uma vontade política e no exercício direto da autoridade, ou seja, a DEMOCRACIA DIRETA;*
- 3. enfim, a transformação do mundo das relações intersubjetivas, no sentido da afirmação da solidariedade, ou seja, a REVOLUÇÃO CULTURAL do COTIDIANO. (Nascimento, 2004, acessado em 05/03/2005)*

Com isso, ressalta-se aqui que a utopia socialista se encontra presente no aludido projeto e começa a entrar na agenda de discussão do próprio governo (embora reconheçamos que se trata de um órgão muito incipiente e fraco).

Entretanto, alguns pontos apontados na literatura e encontrados em pesquisas realizadas pelos autores (Benini, *et al*, 2005) em outros momentos levam a uma reflexão sobre o projeto de Economia Solidária. Rosa Luxemburgo (2005) argumenta:

“Quanto às cooperativas, e antes de tudo, às cooperativas de produção, são elas pela sua essência um ser híbrido dentro da economia capitalista: a pequena produção socializada dentro de uma troca capitalista. Mas, na economia capitalista, a troca domina a produção, fazendo da exploração impiedosa, isto é, a completa dominação do processo de produção pelos interesses do Capital, em face da concorrência, uma condição de existência da empresa. Praticamente, exprime-se isso pela necessidade de intensificar o trabalho o mais possível, de reduzir ou prolongar as horas de trabalho

início do capitalismo, compondo assim uma das forças contra-hegemônica no decorrer dos anos. Para melhor ver sobre o processo de lutas, indicamos: MOTTA, F. C. P; PERREIRA, L. C. P; TRANGBERG, M; VENOSA, R; STORCH, S. Participação e participações: Ensaio sobre autogestão. São Paulo, Babel Cultural, 1987.

¹⁴ Lembramos que a história vêm demonstrando que a tomada do poder, seja por revolução (União Soviética, China) ou por via eleitoral têm fracassado nos seus discursos e projetos.

¹⁵ É importante reconhecer que a aludida Secretaria – SENAES – foi uma grande conquista da classe trabalhadora, o que demonstra uma força social reivindicando por políticas públicas de inclusão social.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



conforme a situação do mercado, de empregar a força de trabalho segundo as necessidades do mercado ou atirá-la na rua, em suma, de praticar todos os métodos muito conhecidos que permitem a uma empresa capitalista enfrentar a concorrência das outras. Resulta daí, por conseguinte, para a cooperativa de produção, verem-se os operários na necessidade contraditória de governar-se a si mesmos com todo absolutismo necessário e desempenhar entre eles mesmos o papel de patrão capitalista, que, no caso de serem mais fortes os interesses dos operários, pela dissolução. São esses fatos que o próprio Bernstein constata, mas que evidentemente não compreende quando, com a Sra. Potter Webb, vê na falta de “disciplina” a causa do fracasso (como se o problema fosse cultural, educacional, falta de consciência solidária etc.) das cooperativas de produção na Inglaterra. O que aqui se qualifica vulgar e superficialmente de “disciplina” outra coisa não é senão o regime absoluto natural ao Capital, e que evidentemente os operários não podem empregar contra si próprios” (2005:80).

Dessa forma, conforme colocado por Luxemburgo (2005), existe uma heterogestão do mercado, sendo que somente a cooperativa, por mais autêntica que seja, dado o contexto de monopólio do capital, dificilmente pode concorrer com o progresso técnico.

Com isso, tem-se a utilização de nichos de mercado de baixo valor agregado, como o “mercado do lixo” compondo o rol das cooperativas “autogestionárias”, que pode ser vista como sendo muito mais funcionais ao capital, grosso modo, muito mais reacionária do que revolucionárias. (Benini, 2004, Benini, *et al*, 2005)

Nesse sentido, muitas das políticas públicas também acabam descaracterizando o movimento por se tratarem apenas de ações mitigadoras e emergenciais, que buscam apenas compensar as consequências inevitáveis do modo de produção capitalista, como níveis extremos de miséria.

Outro aspecto relevante é a amplitude do movimento de Economia Solidária em relação à sua constituição. Por um lado, tem-se uma série de cooperativas que suscitaram por iniciativa dos próprios trabalhadores – com característica endógena – em processos de lutas e de consciência de classe e, do outro lado, cooperativas sendo fomentadas e incubadas por incubadoras universitárias e prefeituras – com característica exógena.

Contudo, Singer (2003) argumenta ainda sobre as colocações de Luxemburgo (2005), apontando algumas condições proporcionadas nessas cooperativas que já apresentariam grande significância:

“Se as condições de trabalho na fábrica capitalista eram duras, elas sempre seriam menos duras na cooperativa por duas razões fundamentais: na fábrica capitalista os empregados têm de produzir lucros proporcionais ao capital investido, obrigação que os cooperados não têm, o que lhes permite se auto-explorar menos; além disso, os cooperados têm a liberdade de escolher quando e como trabalhar para tornar sua empresa competitiva, ao passo que os trabalhadores assalariados têm de obedecer a determinações da direção.” (Singer, 2003:17)

Singer ainda argumenta que as cooperativas são importantes primeiro porque permite uma pedagogia, ainda dentro do capitalismo, da prática da “autogestão”, aprendizagem que é, segundo ele, condição para se ter a possibilidade histórica de superação do capital, segundo



porque na cooperativa há uma melhora das condições de trabalho e, em terceiro lugar elas diminuem o exercito industrial de reserva, na medida em que gera trabalho e renda para os desempregados. (Singer, 2003)

Apesar de tais defesas, é reconhecido pelo próprio Singer que existe sim “auto-exploração” e competição entre as cooperativas que integrariam, assim, a chamada Economia Solidária. (Singer, 2003)

5. Considerações finais.

A reflexão que se chega aqui é que existe um antagonismo de interesses nas correntes de cooperativas abordadas. Pode-se justificar que esse antagonismo suscita pela forma e pelo modo de (re)produção que ambas as correntes praticam/teorizam.

Desta forma, a “cooperativa empresarial” busca uma estrutura organizacional racional e burocrática que utilizada a mão-de-obra assalariada – força de trabalho – como fonte de valor para o capital e sua reprodução, sendo que o trabalho continua alienado e organizado aos moldes da produção taylorista-fordista. A cooperativa é então usada como uma forma de integração horizontal de pequenos-burgueses e/ou capitalistas que, em grande parte, não participam do processo produtivo da cooperativa (como trabalhadores/operários/trabalhadores rurais da cooperativa), esta sendo apenas uma alternativa para se obter vantagens na comercialização e na agregação de valor (agregação essa ocorrida por uma lógica de geração de mais valia).

Do outro lado, é advogado um cooperativismo que produz não em razão da reprodução do capital – que se dá por meio da exploração de uma classe pela outra, do lucro, e sim com uma finalidade socioeconômica. Está corrente busca praticar então uma forma de produção não capitalista, sem antagonismo de classes, que busca uma emancipação do trabalho.

Contudo, acredita-se que dado à proporção conquistada pelas cooperativas agrícolas, que já atuam praticamente como “empresas”, a legislação para elas atua como um entrave à suas estratégias, que não deixam de ser estratégias do capital.

Desta forma, as cooperativas de Economia Solidária, por se tratarem de outra forma de organização e produção, devem buscar um novo marco jurídico que as diferencie das outras cooperativas “empresariais”, proporcionando assim que políticas públicas sejam direcionadas de forma mais apropriada e precisa e, que movimentos que buscam uma outra forma de cooperação, tenham uma alternativa mais estreita com seus objetivos.

Tem-se ainda, que a Economia Solidária, colocada apenas como uma ação do chamado terceiro setor, não ampliando seu espaço de luta para a direção do estado, pode correr o risco de ser apenas funcional para os interesses do capital.

6. Bibliografia consultada.

BENINI, Edi Augusto. *Políticas Públicas e Relações de Trabalho: estudo sobre o processo e natureza da denominada “Economia Solidária”, enquanto política pública, a partir da investigação de alguns casos concretos*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: EAESP-FGV, 2004.



BENINI, Elcio Gustavo; BENINI, Edi Augusto e ZERBETTO, Flávio. Texto e Contexto: precarização do trabalho e economia solidária. In: II SEMINÁRIO “MUNDOS DO TRABALHO”: ADEUS AO PROLETARIADO? Londrina: Universidade Estadual de Londrina. 2005.

BIALOSKORSKI, Sigismundo. Agribusiness Cooperativo. In. Economia e Gestão de Negócios Agroalimentares. ZYLBERSZTAJN, Décio e NEVES, Fava Neves (Orgs). São Paulo: Pioneira. 2000.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

DAL RI, Neusa Maria e VIEITEZ, Candido Giraldez. A economia solidária e desafio da democratização das relações de trabalho no Brasil. In: DAL RI, Neusa Maria (Org.) *A economia solidária e desafio da democratização das relações de trabalho*. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

GRAMISCI, Antonio. *Poder, política e partido*. IN: SADER, Emir. (Org.). São Paulo: Expressão popular, 2005.

GUILLERM, Alain e BOURDET, Yvon *Autogestão: Uma Mudança Radical*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

LUXEMBURG, Rosa. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 2005.

NASCIMENTO, C. *Autogestão e o “Novo Cooperativismo”*. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/TextosDiscussao/Conteudo/autogestaoacooperativismo.pdf>> Acesso em: 05 mar, 2006

MARX, Karl. *O Capital: crítica à economia política*. Lisboa: Progresso-Editorial, 1990.

MÉSZÁROS, István. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

MOTTA, Fernando Prestes. Burocracia e Autogestão: a proposta de Proudhon. São Paulo: Editora Brasiliense s.a.,1981.

MOTTA, F. C. P; PERREIRA, L. C. P; TRANGBERG, M; VENOSA, R; STORCH, S. *Participação e participações: Ensaios sobre autogestão*. , São Paulo: Babel Cultural, 1987.

SATO, L. & ESTEVES, E. *Autogestão: Possibilidades e ambigüidades de um processo organizativo peculiar*. São Paulo: ADS-CUT, 2002.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.



SINGER, P. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P. & SOUZA, A. (Org.) *A Economia Solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2003.

PINHO, Diva Benevides. *Concentração de Cooperativas: das fusões e incorporações ao controle acionário*. Curitiba: Voz do Paraná, 1977.

PINHO, Diva Benevides. Evolução da ciência econômica. In. *Manual de Economia*. PINHO, Diva Benevides (coord.) Saraiva. São Paulo: 1988.

PROUDHON, Pierre-Joseph. *Sistema das contradições econômicas ou Filosofia da Miséria*. São Paulo: Ícone. 2003.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. *O que é cooperativismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ZYLBERSZTAJN, Décio. *Quatro estratégias fundamentais para cooperativas agrícolas*. WorKing Paper nº 02/017. FEA. São Paulo: USP, 2002.